



NOTA DE REPÚDIO DA AFITESP E SINDAFITESP

A AFITESP - Associação dos Funcionários da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo e o SINDAFITESP – Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo repudiam com indignação e veemência as declarações descabidas e caluniosas proferidas pelo Sr. Agnaldo Navarro de Sousa, Vereador da cidade de Matão – SP e dirigidas aos servidores da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo por meio de vídeo postado em canal do “YouTube”, “Show do Navarro”, na data de 21/06/2018. Com a mesma indignação e veemência repudiamos também as opiniões repetidas sem averiguação do contraditório e do mínimo de investigação jornalística proferidas pelo Sr. Jose Carlos Magdalena e outros membros de sua equipe, dirigidas aos mesmos servidores, por meio de veiculações no “Jornal da Morada” na rádio Morada do Sol, em especial nas datas de 19, 20 e 21/06/2018 e em outras datas também. Ambas as manifestações foram amplamente divulgadas, com repercussões nas redes sociais e outras mídias.

Mesmo escudados pela suposta liberdade de expressão, que, como cediço, deve ser exercida com a responsabilidade que a situação requer, consideramos ser inaceitável que uma autoridade constituída, na condição de Vereador, e uma equipe jornalística, a qual não demonstrou comprometimento com a verdade, venham perante a coletividade denegrir a imagem de servidores públicos concursados que, no regular exercício de suas funções, por convocação de superior hierárquico, procederam ao cumprimento de ordem judicial, da mesma forma que oficiais de justiça e policiais. Não é cabível que os funcionários da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo tenham sua honra e imagem denegridas por acusações falsas e, mais grave ainda, tenham a sua segurança pessoal comprometida por declarações caluniosas, que incitam os afetados pela ação judicial a se voltarem contra os servidores, os quais também não se encontravam nem um pouco confortáveis naquela situação.

Seria algo como culpar os professores pelos problemas da educação ou desferir improperios ao carteiro que traz uma notícia ruim. A conduta acima exposta reflete total desconhecimento da realidade e do processo histórico de implantação dos Assentamentos no Estado de São Paulo, o qual se deve muito ao empenho, dedicação e militância dos servidores da Fundação Itesp que atuam na região de Araraquara, envolvidos com essa temática desde meados da década de 80.

O Sr. Vereador e o Sr. Magdalena e equipe seguem, ainda, acusando os próprios moradores dos Assentamentos, denegrindo também a imagem deles,



desconsiderando toda a história de luta e de trabalho dessas pessoas, as quais também temos profundo respeito.

Em breve histórico, informamos que o local objeto da ação de reintegração de posse cumprida por decisão judicial em 19/06/2018 faz parte da área de reserva legal do complexo de vários assentamentos da Fazenda Monte Alegre que totalizam mais de 400 lotes, que começaram a ser implantados em meados da década de 80 e foram totalmente implantados no final dos anos 90. Portanto, trata-se de uma área consolidada de Assentamentos, com população, produção agropecuária e áreas ambientais significativas, localizada na divisa dos municípios de Araraquara, Motuca e Matão. Diante desse contexto, nota-se que a região foi erroneamente ocupada por ação deliberada de lideranças equivocadas, incitadas pelo referido Vereador, mesmo insistentemente avisados e notificados oficialmente pela Fundação Itesp, pelo judiciário e pela polícia de que o local não poderia ser utilizado para moradia ou produção.

Os Servidores da Fundação Itesp nutrem profundo respeito e admiração pelas Pessoas, Movimentos e Lideranças que promovem a luta pela terra de forma legítima em áreas consideradas devolutas, áreas estaduais abandonadas ou em propriedades que não cumpram a sua função social na forma da lei, mas não compactuamos com ocupações em áreas já consolidadas de Assentamentos, frutos de lutas empreendidas por gerações anteriores de guerreiros, muitos já com idade avançada que conquistaram estes espaços e que agora se sentem também ameaçados por políticos e lideranças oportunistas.

Portanto, visando o princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa, vimos a público esclarecer a verdade dos fatos e demonstrar nossa indignação pelas graves violações de direitos cometidas pelos citados acima, os quais foram notificados no mesmo teor em seus endereços, sem prejuízo de outras medidas, inclusive judiciais que poderão ser adotadas pelos servidores afetados.

São Paulo, 26 de junho de 2018.

Maria Solange Oliveira dos Santos
Presidente da AFITESP e do SINDAFITESP